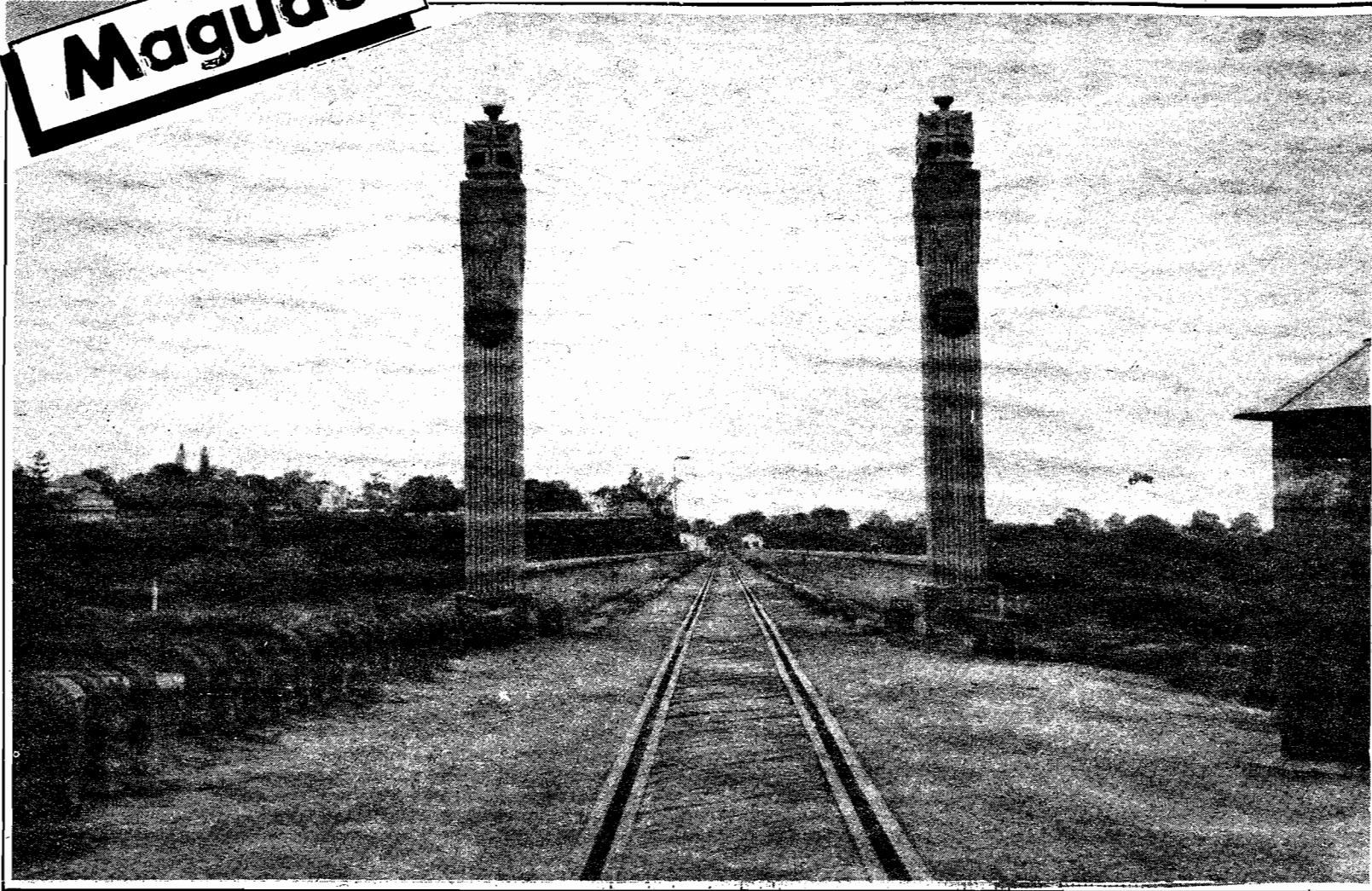


# Magude



não é produto de rápida saída. Há capulanas importadas de Portugal, boas «papolines», «chitas» da TEXLOM e outros que não têm saída porque a população não sabe que existem — referiu a fonte.

Contudo, na opinião do delegado distrital da DIPROM, esta situação só poderá ser colmatada com a abertura de um posto de comercialização, controlado pela DIPROM prevista para o próximo mês de Agosto.

## COMERCIO POUCO CONCORRIDO

Filomena Muchaque Noveira, comerciante de Machequecheque, localidade de Muwine, em declarações à nossa Reportagem, informou que devido à guerra, em Maio do ano passado, transferiu a sua loja para a vila de Magude, onde funciona numa pequena barraca.

Instada a tecer comentários sobre o historial da sua actividade ou do abandono, primeiro do povoado de Machequecheque para a vila de Muwine e mais tarde para a vila-sede, aquela comerciante, indicou que a cantina era de um tal Lourenço Macuvele, que viu uma mina ceifar-lhe ambas as pernas e que actualmente se encontra refugiado algures na cidade de Maputo.

— Macuvele, por não possuir 4.ª classe (no tempo colonial), havia registado a loja em meu nome, e, quando se viu acossado por pesadas dívidas, a abandonou para a cidade, juntei alguns meios e co-

# Entre o combate aos BA's e a luta pela sobrevivência

● De 72 mil habitantes no ultimo censo populacional mais de 40 mil abandonaram o distrito nos últimos quatro anos

● Gado: será possível recuperar os números passados? *Dom. 25/2/90*

● A terra "deu" mas o bandido impede a colheita em sossego

por Orlando Muchanga (texto) e Armando Munguambe (fotos)

Situado à cerca de 150 quilómetros a norte da província de Maputo, a maior parte das 14 localidades que compõem o distrito de Magude, que conta com cinco postos administrativos, numa extensão territorial de cinco mil quilómetros quadrados, encontram-se actualmente abandonadas. A população, calculada em 72 mil habitantes em Janeiro do ano passado, neste momento está reduzida para menos de 20 mil cidadãos, todos considerados em situação de emergência. Por outro lado, devido à intensificação das acções da guerra, os efectivos bovinos estimados em 180 mil cabeças, 83 mil dos quais do sector familiar, registados em 1984, estavam reduzidos nos finais do ano passado em pouco mais de 9 000 e este ano apenas restam cerca de três mil cabeças. Entretanto, segundo apurou a nossa Reportagem no local, este ano, devido à abundância das chuvas, espera-se boa colheita da campanha agrícola-89/90, apontando as previsões para 900 a 1500 toneladas de milho, somente para o sector familiar. E, é precisamente esta aparente fartura que aumenta a acção dos bandidos armados.

Com efeito, não obstante a constante ameaça dos bandidos armados que diariamente raptam dezenas de camponeses num raio de menos de um quilómetro e, pondo de lado os ataques relâmpagos ou ainda o ambiente de agitação que daí resulta em prejuízos materiais e de âmbito psicológico e humano, na vila-sede, daquele distrito a situação militar aparentemente está sob controlo das nossas autoridades. Algumas medidas de segurança e de defesa territorial estão a ser tomadas. Assim, o cultivo do campo, a indústria e outras actividades, incluindo o comércio, regressaram à sua normalidade.

Todavia, tratando-se de uma zona afectada pela guerra há vários anos, uma das coisas mais difíceis para quem escala o distrito de Magude é estabelecer contactos e criar confiança nas pessoas. Os camponeses têm medo de qualquer estranho; os agricultores privados não querem revelar os seus projectos ao inimigo e, até os responsáveis recebem prestar declarações. Deste modo, o jornalista, ávido de colher o maior número de informações úteis, caminha anónimo pelas ruas desertas, batendo portas desconhecidas.

Carlos Nhandumbo, director distrital da DIPROM local, abordado pelo «Domingo» nos armazéns da-

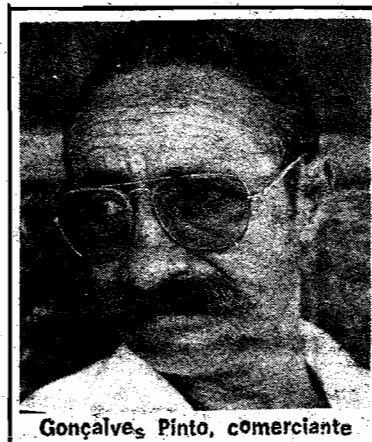
quela instituição (com prateleiras vazias), começou por reconhecer que de facto, para a maioria da população confinada nos arredores da vila, a situação continua precária. Disse que embora em quantidades írisórias o abastecimento em produtos de primeira necessidade tem sido regular.

— Orientados pela Direcção Provincial do nosso organismo de tutela, a principal preocupação é fazermos com que a mercadoria chegue a esta vila, seja em que condições for — disse a nossa fonte, tendo salientado que por mês são distribuídos 16 e 14 toneladas de açúcar e arroz respectivamente, pelas lojas, cooperativas de consumo, serviços e/ou outro tipo de estabelecimentos comerciais.

Adiantou que das 16 lojas então existentes naquela vila, dez foram destruídas, encontrando-se actualmente em funcionamento apenas seis estabelecimentos, incluindo a cooperativa de consumo. Como vê, tomando em conta as actuais exigências do comércio e as necessidades concretas, em termos do número da população existente, as quantidades não são suficientes. No que diz respeito a outros produtos, como vestuário e material escolar, há muito dinheiro empastado, sublinhou aquele responsável.

Neste contexto a fonte informou que há livros, de terceira, quarta e quintas classes, a razão de oito milhões de meticais que desde o ano passado se encontram empastados nos armazéns. A Direcção Distrital da Educação, alegando

abandono de muitas escolas e fuga de crianças somente se limita a prometer que virá levantar o material, o que nunca acontece. Mas há alunos que se dirigem directamente a nós solicitando cadernos e livros escolares, esclare-



Gonçálves Pinto, comerciante

ceu Nhandumbo, tentando demonstrar a falta de veracidade das alegações da Educação local.

Paralelamente e em relação a roupa (calamidades) que os cantineiros consideram «ultrapassada», o nosso interlocutor admitiu que nesta altura existem mais de seis milhões de meticais, empastados em tecido que não tem saída no mercado local.

— Não é propriamente por a roupa ser «ultrapassada» que os comerciantes não a adquirem. Que digam a verdade; têm medo que seja saqueada pelos BA's porque

ragem e reiniciem a actividade — disse.

Aquela comerciante camponesa voltou a afirmar que o abastecimento, contudo, ainda não é suficiente. Nesta vila, cada comerciante recebe dois sacos de 50 quilos de arroz, outros dois de açúcar e oito sacos de farinha de milho, para além de outros produtos de apoio que são vendidos livremente à população. Também, dedico-me ao cultivo de machambas. Em Magude quem não consegue desenrascar cai na falência — concluiu Filomena Noveira.

Entrevistámos também João Gonçalves Pinto, um comerciante português radicado em Magude há bastante tempo, primeiro empregado de balcão e há dez anos como proprietário, que, por sua vez, informou que desde que eclodiu o banditismo armado, naquela vila perdeu mais de 14 milhões de meticais em dinheiro, sem contar com duas lojas que, recheadas de mercadorias, foram queimadas pelos BA's e outros materiais de uso individual.

— Nesta vila — adiantou — vendemos o que por vezes aparece. Por mês recebo um saco de açúcar e dois de arroz. Aqui o comércio anda mal. Na capital, para além do problema de transporte, não temos acesso à mercadoria, nem aguentamos com o ritmo de concorrência. Não fosse a guerra, a gente sabe que Magude é uma terra próspera.

Acrescentou que em Portugal tenho recursos com que me governar, mas é aqui onde a minha vida está enraizada. Ainda não me esqueci de que nesta vila vendiam-se grandes quantidades de milho de produção familiar. Esperamos que a guerra termine. Para já, preciso de recuperar um dos meus estabelecimentos, na ordem de 25 mil contos. A casa era muito grande e os prejuízos foram enormes — disse a terminar aquele comerciante.